

**DEMOGRAFIA ESCRAVA E A CRISE DA ESCRAVATURA
OLINDENSE - 1871-1888**

Autor: Robson Pedrosa Costa
Universidade Federal de Pernambuco

O período compreendido entre 1871 e 1888 é marcado pela derrocada final da escravatura no país, iniciado com a aprovação, em 1871, da Lei Rio Branco, que libertava os filhos de escravas a partir daquela data. Assim, um complexo sistema de emancipação fora implantado pelo Estado, visando à libertação não só dos nascituros, mas também dos cativos já existentes.

Segundo Silvana Brandão, em seu livro *Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*, ao analisar os últimos anos do escravismo e seus desdobramentos políticos e sociais na Província, afirma que o processo abolicionista tomara verdadeiro impulso após o ano de 1871, e que “(...) a fase decisiva do abolicionismo tinha sido mais importante que a radicalização, a partir de 1885. Sob este prisma, a classe proprietária de escravos já se convencera em Pernambuco, vários anos antes da abolição, de que o término da escravidão era inevitável”.¹

Contudo, apesar das diversas contradições que esta lei trouxera em âmbito nacional, esta não visava a permanência da escravidão, mas o alcance de seu fim de maneira ordenada e disciplinada.² A partir desta lei, todos os municípios do país estariam incumbidos de classificarem os escravos existentes em suas respectivas regiões, com o objetivo de libertá-los posteriormente através da criação de um Fundo de Emancipação.

No entanto, apesar da “consciência” de alguns proprietários acerca dos rumos que a escravidão tomava em direção a abolição, estes sofreram um duro golpe desfechado pelo próprio Estado e pelos articuladores do movimento emancipacionista do país, agravando, possivelmente, a decadência escravista de regiões que há muito se encontravam a margem do desenvolvimento econômico do Brasil. Em termos locais, há séculos Olinda sofrera com uma progressiva decadência em contraposição ao desenvolvimento de Recife, que na primeira metade do século XIX “tomou-lhe” a posição de capital da província. Com isso, na segunda metade do século, Olinda se apresentava quase esgotada no tocante a população escrava se comparada à época de seu esplendor.

Isto porque a região apresentava, segundo os dados oficiais, uma escravaria bastante reduzida, se comparada às regiões que a circundavam. Contudo, um estudo mais aprofundado a respeito dos escravos em Olinda ainda não foi concebido em suas múltiplas variáveis, inexistindo qualquer pesquisa significativa que nos leve a compreender a verdadeira situação escravista na qual se encontrava o município. Olinda continua invisível aos olhos dos pesquisadores, que não enxergam a imensurável lacuna existente entre o município de Recife e as áreas escravistas compreendidas por Iguarassu, Pau D’alho e Goiana, ficando relegada a um plano absolutamente secundário na História de Pernambuco, principalmente, no final do século XIX.

No entanto, faz-se necessário um estudo sobre Olinda que revele a dimensão verdadeira (ou mais próxima da realidade) de sua população escrava, que nos possibilite uma melhor compreensão da conjuntura de crise geral, atrelada à própria decadência escravista da região. Assim, este estudo visa, acima de tudo, abrir as portas de futuras pesquisas acerca da escravidão em Olinda, inserida no contexto geral de transição da mão-de-obra escrava para livre no país, marcando assim, as últimas décadas do século XIX.

Objetivos

Procuraremos analisar a população escrava de Olinda no período compreendido entre 1871 e 1888, correlacionando a sua demografia à conjuntura de crise caracterizada pelo processo emancipacionista do país e, com isso, da Província. Buscaremos ainda, comparar os resultados estatísticos referentes aos dados oficiais do período, aos números obtidos no final da pesquisa.

Nos ateremos também, aos aspectos referentes à estrutura etária e gênero desses indivíduos, assim como a cor e o valor atribuído à escravaria em Olinda. Serão levantadas ainda, as principais profissões a que estes cativos estavam associados, além da perspectiva de vida dessa população.

Metodologia

A documentação disponível sobre o tema em questão é significativa, possibilitando-nos compreender uma importante dimensão histórica sobre a região de Olinda, através do estudo da Demografia Escrava da região. Boa parte das informações acerca da população escrava de Olinda estão contidas nos Livros de Registro da Junta de Classificação do Fundo de Emancipação do município, destinado a matricular todos os escravos para posterior libertação.

Esta documentação é composta por cinco livros, sendo três de registro de Classificação e dois de reunião da Junta de Qualificação. Os três livros destinados à classificação nos fornecem importantes informações sobre a população cativa e suas principais atribuições, tais como: nome, cor, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, família, moralidade, valor, nome do senhor e observações gerais. Semelhantes dados poderão ser coletados nos livros de enterramentos referentes ao Cemitério Público de Olinda, com uma periodização de 1874 a 1912.

Outros documentos serão ainda analisados para melhor compreender os dados obtidos, possibilitando comparações entre outras regiões da Província, através da análise do valor, das profissões, gênero, faixa etária, etc, contidos nos documentos já citados. Assim, poderemos utilizar os documentos referentes às Atas da Câmara de Olinda, bem como os “Resumos dos Escravos Matriculados e Arrolados nos Municípios da Província” e documentos eclesiais (livros de batismo, óbitos e casamentos). Para a melhor análise dos documentos seriais existentes, será criado um banco de dados que nos possibilitará uma melhor compreensão dos acontecimentos e da conjuntura em questão, através dos cruzamentos das informações obtidas e suas possíveis variáveis.

Assim, encontramos na Demografia Histórica um importante instrumento que nos possibilitará uma análise mais detalhada e minuciosa dos dados coletados nesta fase inicial de nossa pesquisa. Poderemos, desse modo, analisar os diversos aspectos da população escrava da região e os vários ramos que a compõem.

Considerações Finais

Alguns dados disponíveis nos possibilitam ter uma visualização superficial da população “absoluta” da escravaria de Olinda no período em questão, através da análise dos resumos gerais dos escravos matriculados na Província. A partir desses dados, podemos estabelecer algumas comparações, visando apenas impulsionar os rumos de nossa pesquisa.

Assim, podemos observar que em 1878, Olinda apresentava uma escravaria bem reduzida se comparada às áreas circunvizinhas à região, constituída de um número “total” de apenas 779 cativos, contrastando aos números bem superiores de Recife, com 12.027 cativos, Iguarassu, com 2.373, Pau D’alho, com 3.536 e Goiana, com 3.561,

revelando, assim, a profunda crise escravista na qual o município em questão se encontrava.³ Em 1887, quase dez anos depois, Olinda apresentava apenas 240 escravos em sua região, enquanto as outras já citadas permaneciam acima de mil cativos em suas áreas: Recife, 2.036, Iguarassu, 1.018, Pau D' alho, 1.422 e Goiana, 1.624.⁴

Contudo, esses dados foram extraídos de fontes oficiais referentes aos escravos matriculados desde o início da década de 1870, havendo, possivelmente, imprecisões acerca dos números divulgados. Isso porque, muitos senhores tentavam burlar a lei de inúmeras formas, ocorrendo fraudes que camuflavam os números “reais”. Havia, ainda, a negligência por parte dos funcionários responsáveis pela classificação, considerando-se que estes não recebiam remuneração em troca de seus serviços prestados. E ainda, devemos considerar não apenas o contexto geral na qual se encontrava toda a Província, mas também, as peculiaridades de cada região neste período.

Nosso trabalho se encontra ainda em fase inicial e conclusões mais apuradas só serão possíveis através da análise da documentação citada sobre a região, este nos dará importantes subsídios para a compreensão desses números dentro de uma conjuntura de crise escravista e processo de emancipação dos escravos que, indubitavelmente, se entrelaçaram neste período.

Notas

1. VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. Ventre Livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. P. 28.
2. Idem. P. 30.
3. BARBOSA, Bartira Ferraz. O Fundo de Emancipação dos Escravos em Pernambuco. Recife: CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 12, 1989. P. 111.
4. MELLO, José Antônio Gonçalves de. O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889). Recife: 1975. Vol. 1.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Bartira Ferraz. O Fundo de Emancipação dos Escravos em Pernambuco. Recife: CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 12, 1989.
- BETHELL, Leslie. A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil: a Grã-Betanha, o Brasil e a Questão do Tráfico de Escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. Os Últimos anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, F.A. Pereira. Anais Pernambucanos. Recife: FUNDARPE, 1985. 10 vol.
- EISENBERG, Peter L. Modernização Sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, 1977.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. 4 vol.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. O Processo de Ocupação do Espaço Pernambucano. Recife, 1976.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Recife: FUNDARPE, 1978.

LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718 – 1804). São Paulo: IPE-SP, 1981.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Pioneira, 1977.

MATTOS, Hebe Maria. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889). Recife: 1975. 2 vol.

_____. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MOTTA, José Flávio. Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império: Resumo dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil. Recenseamento do Brasil, 1920. Reprodução fac-similada: São Paulo, IPE-USP, 1986.

SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. Ventre Livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.